

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ - LITORAL

JHECY SILVA DATOVO

**UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA NO ENSINO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE
PINHAIS - PARANÁ**

MATINHOS

2013

JHECY SILVA DATOVO

**UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM
DEFICIÊNCIA NO ENSINO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE
PINHAIS – PARANÁ**

Trabalho de conclusão de curso apresentado
ao Curso de Especialização em Questão Social
pela perspectiva interdisciplinar, setor litoral,
Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Eduardo Angelin

MATINHOS

2013

JHECY SILVA DATOVO

**UMA ANÁLISE SOBRE A INCLUSÃO DE CRIANÇAS COM DEFICIÊNCIA NO
ENSINO BÁSICO NO MUNICÍPIO DE PINHAIS – PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito para obtenção do título de Especialização em Questão Social pela perspectiva interdisciplinar da Universidade Federal do Paraná, setor Litoral.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Paulo Eduardo Angelin

Prof. Dr. Mauricio Cesar Vitoria Fagundes

Prof^a. Msc. Elsi do Rocio Cardoso Alano

Aprovado 14 de Dezembro de 2013

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

CADS = Centro de Atendimento Especializado às Deficiências Sensoriais
CAE = Centro de Atendimento Especializado
CAEDA= Centro de Atendimento Educacional Especializado, Área da Deficiência Auditiva
CAEDV = Centro de Atendimento Educacional Especializado - Área da Deficiência Visual
CAIC = Centro de Atendimento Integral a Criança
CAP- PR = Centro de Apoio Pedagógico - Paraná
CEAPE = Centro de Apoio Pedagógico - Pinhais
CIDID = Classificação Internacional de Deficientes Incapacidades e Desvantagens
CNE= Conselho Nacional de Educação
CORDE= Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de deficiência
DEEIN= Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional
ECA= Estatuto da Criança e do Adolescente
EM = Escola Municipal
GEEP = Gerência de Educação Especial e Psicopedagogia
GESPI = Gerência de Educação Especial e Inclusão
IBC = Instituto Benjamin Constant
INES= Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB= Lei de Diretrizes e Bases
MEC= Ministério de Educação e Cultura
ONU= Organização das Nações Unidas
PCD= Pessoa com deficiência
PNE= Portadoras de necessidades especiais
PPD= Pessoa portadora de deficiência
PPNEE= Pessoa portadora de necessidades educativas especiais

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
1.1	Contexto.....	8
1.2	Problemática	8
1.3	Objetivos	8
1.3.1	Objetivo Geral	8
1.3.2	Objetivos específicos	9
1.4	Justificativa.....	9
1.5	Metodologia.....	9
2	O MOVIMENTO PELA INCLUSÃO ESCOLAR.....	11
2.1	Histórico da Educação Especial no Brasil	11
2.2	Documentos Internacionais.....	15
2.3	Legislação Brasileira	18
2.4	A polissemia do conceito deficiência.....	21
2.4.1	Deficiência visual	22
2.4.2	Deficiência Física	22
2.4.3	Deficiência Auditiva.....	23
2.4.4	Deficiência mental.....	23
2.4.5	Deficiência múltipla	23
2.5	As terminologias e a falta de consenso existente	24
2.6	Processo educacional: Integração X Inclusão.....	25
3	O PERFIL HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE PINHAIS	29

3.1	Histórico da inclusão no município de Pinhais	29
3.2	Rede de Ensino Municipal de Pinhais	37
3.3	Histórico da instituição de ensino em Pinhais	39
4	ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA	42
4.1	Bloco 1 – Entrevista com Direção da Escola.....	42
4.2	Bloco 2 – Entrevista com as professoras	45
5	CONCLUSÕES	47
	APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA	51

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Documentos Internacionais	15
Tabela 2 – Legislação Brasileira	18
Tabela 3 – Perfil dos alunos com deficiência na escola	43

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contexto

A inclusão de crianças com deficiência nas instituições de ensino no Brasil não é um tema novo. A Educação Especial de maneira oficial começou em meados da década de 50/60. Existiram durante determinado período as Escolas Especiais e Classes Especiais em Escolas Comuns. Tivemos na década de 70/80 o modelo de integração que, com o passar dos anos e evolução no tema, foi substituído pela inclusão.

Um marco especial para a inclusão foi a Constituição Federal de 1988, a mesma passou a preconizar o atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência preferencialmente na rede regular de ensino. Daí em diante teve-se importantes avanços na educação especial e inclusiva.

No estado do Paraná a inclusão de crianças com deficiência também se faz presente. No mesmo existem inúmeros municípios que em parceria com a secretaria de educação desenvolvem o trabalho da inclusão. Para esta monografia foi eleito o município de Pinhais como base de pesquisa a fim de conhecer como acontece a inclusão escolar de crianças com deficiência no ensino básico.

1.2 Problemática

Conhecer como têm sido construído os processos de inclusão escolar de crianças com deficiência no ensino básico, na Escola Severino Massignan no Município de Pinhais?

1.3 Objetivos

1.3.1 Objetivo Geral

Conhecer como têm sido construído os processos de inclusão escolar de crianças com deficiência no ensino básico, na Escola Severino Massignan no Município de Pinhais.

1.3.2 Objetivos específicos

- Realizar pesquisa bibliográfica sobre o movimento pela Inclusão Escolar;
- Conhecer a história da Educação Especial e Inclusão no Município de Pinhais;
- Conhecer o perfil dos alunos com deficiência na Escola Municipal Severino Massignan;
- Aplicar questionário a Diretoria da Escola;
- Aplicar questionário aos professores que estão envolvidos com a Inclusão Escolar;
- Analisar os resultados da pesquisa.

1.4 Justificativa

A escolha da temática inclusão de crianças com deficiência no ensino básico surgiu como decorrência de uma preocupação com as pessoas que possuem algum tipo de deficiência e quanto a sua inserção na Escola e devido o assunto se tratar de política pública prevista na Constituição Federal de 1988, onde as pessoas com deficiência devem obter atendimento preferencialmente na rede regular de ensino. Este tema é bastante atual na realidade brasileira e tem tido um importante avanço em nosso país nas últimas décadas, além de provocar importantes discussões sobre seus limites e dificuldades.

1.5 Metodologia

A metodologia utilizada para a operacionalização deste trabalho será da pesquisa qualitativa, pois este é um instrumento que permite avaliar com maior profundidade, e nela permitem-se fazer com maior qualidade o retrato da realidade e a investigação dos sujeitos. Utilizando os pensamentos de Martinelli no que diz:

Se queremos conhecer modos de vida, temos que conhecer pessoas. Esse é o motivo pelo qual as pesquisas qualitativas privilegiam o uso de uma abordagem em que o contato do pesquisador com o sujeito é muito importante. (1999, p. 22).

A pesquisa qualitativa irá aprofundar nos aspectos subjetivos que envolvem este trabalho, enquanto que a pesquisa descritiva irá apresentar as características peculiares do público pesquisado. Para melhor compreendermos a respeito da pesquisa descritiva, faremos uso das considerações propostas por Gil:

Pesquisas descritivas deste tipo têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações variáveis. Dentre as pesquisas descritivas salientam-se aquelas que têm por objetivo estudar as características de um grupo: sua distribuição por idade, sexo, procedência nível de escolaridade, nível de renda, estado de saúde física e mental etc. Outras pesquisas deste tipo são as que se propõem estudar o nível de atendimento dos órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação de seus habitantes, o índice de criminalidade que aí se registra etc. São incluídas neste grupo as pesquisas que têm por objetivo levantar as opiniões, atitudes e crenças de uma população. (1999, p. 44).

As técnicas utilizadas para coleta de dados serão: pesquisa bibliográfica, pois possibilita pesquisar sobre a história da educação especial e inclusiva. Utilizaremos questionários que serão aplicados com a diretoria da Escola e em determinado número de professores que estão envolvidos com a inclusão escolar.

Ao refletirmos sobre os dados apontados nesse marco situacional, analisaremos estes conteúdos juntamente com os questionários, formulando assim uma análise e conclusão do conteúdo estudado.

2 O MOVIMENTO PELA INCLUSÃO ESCOLAR

2.1 Histórico da Educação Especial no Brasil

Para que possamos compreender a trajetória da educação especial no Brasil, neste capítulo apresentaremos a sua história, bem como os aspectos legais internacionais e nacionais que contribuíram no processo da educação inclusiva. Neste, também iremos conceituar o termo deficiência inclusive apresentaremos as terminologias utilizadas na área. Discorrendo estes assuntos, na sequência trataremos sobre os termos: integração e inclusão, que embora sejam palavras que possuem significado parecido, devido ambas visarem que a pessoa com deficiência tenha acesso ao ensino regular, tais expressões possuem grandes diferenças.

Segundo Mazzota (2001), a iniciativa da inclusão foi tomada por alguns brasileiros em meados do século XIX, onde organizaram alguns serviços para que fossem atendidos deficientes mentais, físicos, cegos e surdos, onde foram inspirados por experiências realizadas na Europa e Estados Unidos. No período de um século essas atividades caracterizavam-se como iniciativas oficiais e particulares isoladas, apresentando assim o interesse de alguns educadores pelo atendimento educacional das pessoas com deficiência. Na política educacional brasileira a inclusão da “educação especial”, “educação de deficientes” ou “educação dos excepcionais”, vem acontecer somente no final dos anos 50 e início da década de 60 do século XX.

A evolução da educação especial no Brasil foi marcada por dois períodos, entre 1854 a 1956, onde havia iniciativas oficiais e particulares isoladas e 1957 a 1993 das iniciativas oficiais de âmbito nacional. Foi na década de 50 que o atendimento educacional especial se iniciou no Brasil, sendo a primeira providência tomada no dia 12 de Setembro de 1954. Dom Pedro II através do Decreto Imperial nº. 1.428, fundou na cidade do Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, que mais tarde em 24 de Janeiro de 1891, por meio do Decreto nº. 1.320, a escola passou a ser nomeada Instituto Benjamin Constant (IBC), como forma de homenagem ao professor/diretor, Benjamin Constant Botelho de Magalhães. Após três anos da criação do Instituto Dom Pedro II pela Lei nº. 839 de 26 de Setembro de

1857 fundou também no Rio de Janeiro o Imperial Instituto dos Surdos-Mudos. Em 1957, cem anos após sua fundação, regidos pela Lei nº. 3.198, de 6 de Julho, passou a denominar-se Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES). Esta escola era voltada para a educação literária e profissionalizante de meninos “surdos e mudos” com idade entre 7 e 14 anos.

Para elucidarmos a iniciativa da discussão sobre a educação para pessoas com deficiência, apresentaremos as considerações expostas por Mazzota (2001):

A despeito de se constituir a medida precária em termos nacionais (em 1872, com uma população de 15.848 cegos e 11.595 surdos, atendiam 35 cegos e 17 surdos), a instalação do IBC e do INES abriu possibilidade de discussão da educação por portadores de deficiência, no 1º Congresso de Instrução Pública, em 1883, convocado pelo Imperador em dezembro de 1882. Entre os temas do referido congresso figurava a sugestão de currículo e formação de professores para cegos e surdos. (p. 29-30).

A contribuição no processo educacional voltados para PcD, se deu também por meio dos trabalhos científicos e técnicos que foram publicados no começo do século XX, como exemplo podemos citar a monografia do Dr. Carlos Eiras intitulada Da Educação e Tratamento Médico-Pedagógico dos Idiotas, o qual foi exposto durante o 4º Congresso Brasileiro de Medicina e Cirurgia, no Rio de Janeiro em 1900. Outros trabalhos também foram valiosos para a construção desses indicadores, como apresenta Mazzota (2001):

Por volta de 1915 foram publicados três outros importantes trabalhos sobre a educação de deficientes mentais: A Educação da Infância Anormal da Inteligência no Brasil, de autoria do Professor Clementino Quaglio, de São Paulo, e Tratamento e Educação das Crianças Anormais da Inteligência e A Educação da Infância Anormal e das Crianças Mentalmente Atrasadas na América Latina, obras de Basílio de Magalhães, do Rio de Janeiro. Na década de vinte, o importante livro de Professor Norberto de Souza Pinto, de Campinas (SP), intitulado Infância Retardatária. (p. 30-31).

Assim é possível analisar que a medicina contribuiu para novos conhecimentos devido à deficiência ser vista como doença de natureza incurável em um nível de menos amplitude da doença mental. Na área da psicologia surgiram as teorias de aprendizagem que influenciaram na educação, deixando a concepção médico-psicológica por Psicopedagogia, alavancando assim a importância da escola e dando destaque aos métodos e técnicas de ensino.

No período da primeira metade do século XX (1950), existiam 40 estabelecimentos de ensino regular, os quais eram mantidos pelo poder público (1 federal e os demais estaduais) que prestavam algum tipo de educação especial aos deficientes mentais. Para atendimento dos alunos que portavam algum outro tipo de deficiência, havia 14 estabelecimentos de ensino regular (sendo 1 federal, 9 estaduais e 4 particulares). Para Aranha (2004, p.11), tais ideias determinaram a caracterização das primeiras práticas sociais formais de atenção à pessoa com deficiência, quais sejam as de segregá-las em instituições, fosse para cuidado, proteção ou tratamento médico. “A esse conjunto de ideias e de práticas denominou-se Paradigma da Institucionalização”. Este padrão da institucionalização vigorou como modelo de atenção as pessoas com deficiência até meados da década de 50, período este de grande importância histórica para os movimentos sociais do mundo ocidental.

Seguindo a segunda metade do século XX, surgiram as “escolas especiais”, que ofertavam atendimento a crianças “deficientes” e, mais tarde, as “classes especiais” dentro das “escolas comuns”, fazendo assim a separação do sistema educacional criando dois sistemas de educação a do ensino regular e da educação especial, que ficando em lados distintos, abster-se os alunos das vantagens que a diversidade oferece.

Novos rumos tomaram a partir da década de 60, onde um ativo movimento mundial que defendia os direitos das minorias, atrelado às críticas inerentes ao paradigma da Institucionalização de pessoas com deficiência mental, entre outras deficiências, indicaram novas direções para com as relações da sociedade desses segmentos populacionais. Deste modo, iniciaram-se os serviços de Reabilitação Profissional, voltados para as pessoas com deficiência, visando prepará-las para a integração ou reintegração na vida da comunidade. (ARANHA, 2004, p.12).

Entre a década de 70 e 80, passou a ser procurado um novo tratamento para as pessoas com deficiência, seguindo o princípio da normalização. Neste, entendia-se que as PcD, poderiam ser normalizadas e capacitadas para viver em sociedade. Desta forma, busca-se capacitar as pessoas com deficiência a este novo modelo, a qual foi denominada Paradigma de Serviços. Neste período também surge o modelo de integração, que se dava pelo ato de escolas comuns aceitarem alguns alunos

que antes eram rejeitados, estes frequentariam as classes comuns desde que conseguissem se adaptar coisa que raramente acontecia. Desta forma, percebeu-se uma maior satisfação como também o surgimento de diversos benefícios, mas por outro lado, gerava-se a idéia de 'exclusão'.

Diante deste contexto, o atendimento ofertado as pessoas portadoras de necessidades educativas especiais (PPNEE), ainda não se enquadrava com os direitos de acesso e participação regular no espaço comum da vida em sociedade, como também não permitia a sociedade aprender a conviver de forma respeitosa e enriquecedora diante das diversidades. Desta forma, foram postas novas bases de um novo modelo, o qual se denominou Paradigma de Suportes, ou Paradigma Inclusivo, que associou a ideia da diversidade como sendo pilar central para uma nova prática social, onde existisse o respeito às necessidades de todos os cidadãos.

Na década de 90 e início do século XXI, houve um avanço significativo aos estudos voltados para a área de educação especial no Brasil, onde intensificou os cursos de pós-graduação em educação e de ações específicas do governo federal em torno à educação especial. O direito da pessoa com deficiência à educação em nosso país está garantido pela Constituição Federal de 1988, mas somente em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 9394/96 conquistou-se o instrumento jurídico necessário à luta para romper com a ideologia da exclusão escolar.

A Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE/DF), no ano de 2000 deu início à política educacional inclusiva em toda a rede pública de ensino, e algumas escolas foram pioneiras quanto à implantação de uma nova filosofia inclusiva no ambiente escolar, o qual abriria a escola de ensino regular para atender aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Em 2003, o Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Especial (SEE), encarrega-se do compromisso de apoiar os estados e municípios no encargo de fazer com que as escolas brasileiras se tornem inclusivas, democráticas e com o ensino de qualidade. E foi a partir daí que a política educacional brasileira vem criando instrumentos legais para garantir o acesso imediato de pessoas com necessidades educacionais especiais, onde todos possam participar de grupos sociais, independente de suas necessidades educativas ou do

seu tipo de deficiência ou grau de comprometimento que estas apresentem. A seguir apresentaremos os principais documentos internacionais pelo movimento da educação inclusiva, como também os pontos da legislação brasileira que contribuíram para o avanço da educação especial e inclusão.

2.2 Documentos Internacionais

Todo o avanço da política da educação inclusiva foi fruto de vários estudos e discussões dos quais contaram com a participação de educadores, pessoas com deficiência, familiares e organizações não somente do Brasil, mas em todo o mundo. Importante ressaltar a participação do Brasil como sendo país membro da ONU (Organização das Nações Unidas), reconhecedor de tais documentos que citados por Gil (2005, p.15-18), foram os mais importantes para o avanço da educação inclusiva. Na tabela 1 abaixo seguem a relação dos documentos internacionais.

Tabela 1 – Documentos Internacionais

<u>Ano</u>	<u>Documento</u>	<u>Descrição</u>
1948	Declaração Universal de Direitos Humanos (ONU)	Estabelece que os direitos humanos são os direitos fundamentais de todos os indivíduos. Todas as pessoas devem ter respeitados os seus direitos humanos: direito à vida, à integridade física, à liberdade, à igualdade, à dignidade e à educação.
1971	Declaração dos Direitos das Pessoas Mentalmente Retardadas (ONU)	Proclama os direitos das pessoas com deficiência intelectual.
1975	Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (ONU)	Estabelece os direitos de todas as pessoas com deficiência, sem qualquer discriminação.
1980	Carta para a Década de 80 (ONU)	Estabelece metas dos países membros para garantir igualdade de direitos e oportunidades para as pessoas com deficiência.
1983 -	Década das Nações Unidas para as Pessoas com	Para que os países-membros adotassem medidas concretas para garantir direitos civis

1992	Deficiência	e humanos.
1990	Conferência Mundial sobre Educação para Todos (ONU)	Aprova a Declaração Mundial sobre Educação Para Todos (Conferência de Jomtien, Tailândia) e o Plano de Ação para Satisfazer as Necessidades Básicas de Aprendizagem; promove a universalização do acesso à educação.
1993	Normas sobre Equiparação de Oportunidades para Pessoas com Deficiência (ONU)	Estabelece padrões mínimos para promover igualdade de direitos (direito à educação em todos os níveis para crianças, jovens e adultos com deficiência, em ambientes inclusivos).
1993	Declaração de Manágua	Delegados de 39 países das Américas exigem inclusão curricular da deficiência em todos os níveis da educação, formação dos profissionais e medidas que assegurem acesso a serviços públicos e privados, incluindo saúde, educação formal em todos os níveis e trabalho significativo para os jovens.
1994	Declaração de Salamanca - Princípios, Política e Prática em Educação Especial	Proclamada na Conferência Mundial de Educação Especial sobre Necessidades Educacionais Especiais reafirma o compromisso para com a Educação para Todos e reconhece a necessidade de providenciar educação para pessoas com necessidades educacionais especiais dentro do sistema regular de ensino.
1999	Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de	Guatemala - condena qualquer discriminação, exclusão ou restrição por causa da deficiência que impeça o exercício dos direitos das pessoas com deficiência, inclusive à

	Deficiência	educação.
1999	Declaração de Washington	Representantes dos 50 países participantes do encontro “Perspectivas Globais em Vida Independente para o Próximo Milênio”, Washington DC, Estados Unidos, reconhecem a responsabilidade da comunidade no fomento à educação inclusiva e igualitária.
2002	Declaração de Caracas	Constitui a Rede Iberoamericana de Organizações Não-Governamentais de Pessoas com Deficiência e suas Famílias como instância para promoção, organização e coordenação de ações para defesa dos direitos humanos e liberdades fundamentais das pessoas com deficiência e suas famílias.
2002	Declaração de Sapporo, Japão	Representando 109 países, 3 mil pessoas, em sua maioria com deficiência, na 6ª Assembléia Mundial da Disabled Peoples’ International - DPI, insta os governos em todo o mundo a erradicar a educação segregada e estabelecer política de educação inclusiva.
2002	Congresso Europeu de Pessoas com Deficiência	Proclama 2003 o Ano Europeu das Pessoas com Deficiência para conscientizar sobre os direitos de mais de 50 milhões de europeus com deficiência.
2003	Ano Europeu das Pessoas com Deficiência	Oportunidades iguais e acesso aos recursos da sociedade (educação inclusiva, novas tecnologias, serviços sociais e de saúde, atividades esportivas e de lazer, bens e serviços ao consumidor).
2004	Ano Iberoamericano da	Proclamado na última reunião da Cúpula dos

	Pessoa com Deficiência	Chefes de Estados dos Países iberoamericanos, realizada na Bolívia, da qual o Brasil é membro, define a questão da deficiência como prioridade, fortalecendo as instituições e as políticas públicas direcionadas à inclusão das pessoas com deficiência.
--	------------------------	---

Fonte: (GIL, 2005)

2.3 Legislação Brasileira

Muitas leis foram criadas no Brasil para defender os direitos das pessoas com deficiência, e estes são dispositivos legais que orientam as políticas públicas e a sua prática social, como também assegura que a PcD tenha o direito de receber no ensino regular todo o amparo específico que venha necessitar. De acordo com a Constituição Federal de 1988 a educação é:

Direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (1988, art. 205).

Partindo para a legislação nacional, podemos apresentar um resgate histórico apresentado por Gil (2005, p. 20-22):

Tabela 2 – Legislação Brasileira

<u>Ano</u>	<u>Documento</u>	<u>Descrição</u>
1854	Instituto Benjamin Constant (IBC)	Fundado no Rio de Janeiro, RJ, com o nome de Imperial Instituto dos Meninos Cegos. Foi a primeira instituição de educação especial da América Latina; ainda em funcionamento.
1857	Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines)	Fundado no Rio de Janeiro, RJ, por D. Pedro II - ainda em funcionamento.
1988	Constituição Federal (Art.	Estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem

	208, III)	educação, preferencialmente na rede regular de ensino.
1989	Lei N.º 7,853	Cria a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência, sua integração social, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos das pessoas com deficiência, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências.
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, Lei n.º 8.069).	No Art. 53, assegura à todos o direito à igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino.
1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei N.º 9.394/96)	Assegura aos alunos com necessidades especiais currículos, métodos, recursos educativos e organização específicos para atender às suas necessidades específicas.
1998	Parâmetros Curriculares Nacionais (Adaptações Curriculares) do MEC	Fornecem as estratégias para educação de alunos com necessidades educacionais especiais.
1999	Decreto N.º 3.298	Regulamenta a Lei n.º 7.853/89 que trata da Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência e estabelece a matrícula compulsória em cursos regulares em escolas públicas e particulares de pessoas com deficiência.
2000	Lei N.º 10.098	Estabelece normas gerais e critérios básicos

		para a promoção de acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida mediante a eliminação de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.
2000	Lei N.º 10.048	Estabelece a prioridade de atendimento às pessoas com deficiência e determina que os veículos de transporte coletivo a serem produzidos deverão ser planejados de forma a facilitar o acesso a seu interior das pessoas com deficiência.
2001	Plano Nacional de Educação	Explicita a responsabilidade da União, dos Estados e Distrito Federal e Municípios na implementação de sistemas educacionais que assegurem o acesso e a aprendizagem significativa a todos os alunos.
2001	Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica	Endossa a necessidade de que todos os alunos possam aprender juntos em uma escola de qualidade.
2001	Decreto n.º 3.956	Da Presidência da República do Brasil, que reconhece o texto da Convenção Interamericana para a "Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Pessoa Portadora de Deficiência" (Convenção da Guatemala), reafirmando o direito de todas as pessoas com deficiência à educação inclusiva.
2001	Parecer CNE (Conselho Nacional de Educação)/CEB (Câmara de Educação	Aponta os caminhos da mudança para os sistemas de ensino nas creches e nas escolas de educação infantil, fundamental, médio e

	Básica) nº. 17	profissional.
2004	Decreto nº. 5296 de 02 de dezembro	Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000 e, 10.098, de 19 de dezembro de 2000 que estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade em vários âmbitos.

Fonte: (GIL, 2005)

Diversos são os dispositivos legais que consolidam o direito da educação às pessoas com deficiência em salas de aulas “comuns”, mas apesar das leis existirem nem todas as crianças e adolescentes estão inseridas neste contexto, recebendo a atenção e atendimento que necessitam. Desta forma esta realidade poderá ser mudada com a contribuição dos envolvidos no processo de ensino, onde os familiares e a sociedade em geral se comprometam a lutar pela a diversidade humana. Em diferentes épocas e culturas, o tratamento dado aos deficientes tem sofrido variações, no próximo tópico iremos conceituar o termo “deficiente”, bem como abordaremos as terminologias utilizadas para referenciá-los.

2.4 A polissemia do conceito deficiência

A literatura nos apresenta diversas definições para explicar e conceituar deficiência, assim iniciaremos utilizando a Classificação Internacional de Deficientes Incapacidades e Desvantagens (CIDID), onde no ano de 1989, conceitua deficiência como a perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica, temporária ou permanente, e, a incapacidade, como a restrição, resultante de uma deficiência da mobilidade para desempenhar uma atividade considerada normal, que surge como consequência direta ou resposta do indivíduo a uma deficiência. Utilizando as considerações contidas na Declaração dos Direitos dos deficientes, o qual foi aprovado pela Assembléia geral da ONU, nos termos da resolução 2542 de 09/12/1975, no seu artigo 1º conceituou a pessoa com deficiência da seguinte forma:

O termo "pessoas deficientes" refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma

vida individual ou social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais. (ONU, 1975).

O autor Sandro Nahmias Melo, se refere ao deficiente como:

Os portadores de deficiência: são pessoas com certos níveis de limitação, física, mental, ou sensorial, associados ou não, que demandam ações compensatórias por parte dos próprios portadores, do Estado e da sociedade, capazes de reduzir ou eliminar tais limitações, viabilizando a integração social dos mesmos. (2004, p. 52-55).

De acordo com a ONU (1975), estima em 10% o número de pessoas portadoras de deficiência para todos os países desenvolvidos e também em desenvolvimento. Segundo o Censo 2000, 24,6 milhões de brasileiros possuem algum tipo de deficiência, e isso equivale a 14,5% da população nacional. Contudo este número envolve uma mudança conceitual em relação à terminologia, onde se passou a atribuir o título de PcD (pessoa com deficiência) não somente àquelas que se consideram incapazes, mas também àquelas que diziam possuir dificuldade permanente de enxergar, ouvir ou caminhar.

Em virtude desta nova terminologia adotada no Censo de 2000, no que amplia o número daquelas consideradas pessoas com deficiência, observamos uma distribuição entre os diversos tipos de deficiência totalmente diferente do que se acreditava anteriormente. Para apresentarmos os tipos de deficiência, utilizaremos as considerações contidas no decreto 3.298/99, tal como se segue abaixo:

2.4.1 Deficiência visual

Cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60°; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores.

2.4.2 Deficiência Física

Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplicia, triparésia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de

membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções.

2.4.3 Deficiência Auditiva

Perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz.

2.4.4 Deficiência mental

Funcionamento intelectual significativamente inferior à média, com manifestação antes dos dezoito anos e limitações associadas a duas ou mais áreas de habilidades adaptativas, tais como:

- a) comunicação;
- b) cuidado pessoal;
- c) habilidades sociais;
- d) utilização dos recursos da comunidade;
- e) saúde e segurança;
- f) habilidades acadêmicas;
- g) lazer; e
- h) trabalho;

2.4.5 Deficiência múltipla

Associação de duas ou mais deficiências.

A deficiência mais presente nos brasileiros, representando quase a metade (48,1%) da população são os que possuem deficiência visual (não necessariamente cegueira total). Na sequência vêm às deficiências motoras e físicas que no conjunto somam 27,1%, e para concluir a terceira maior incidência é a deficiência auditiva (16,6%) considerando os diferentes graus que variam de perda auditiva, desde a surdez leve até anacusia (que é a ausência de maior intensidade aguda). E por último mostra-se a deficiência mental, que atinge 8,2% do total de pessoas.

2.5 As terminologias e a falta de consenso existente

Tão diversos são os tipos de deficiências como também as nomenclaturas utilizadas para referenciá-los, e com tantas terminologias existentes optamos neste trabalho referenciar o “deficiente” como sendo PcD, o qual tem significado pessoa com deficiência. Escolhemos esse termo, pois tal expressão indica o público atendido educacionalmente pelas organizações especializadas e escolas comuns, levando em consideração também a validação pela ONU, mesmo sabendo de tantas outras que são citadas em nossa legislação educacional brasileira.

Consideramos oportuno, esclarecer alguns dos termos que foram construídos historicamente no âmbito da pessoa com deficiência, pois podemos observar que em cada época são utilizadas diferentes significações para indicar os sujeitos com algum tipo de deficiência. Desta forma acreditamos ser importante, fazermos uma reflexão sobre os rótulos (pejorativos ou não) para designar aqueles que possuem algum tipo de deficiência.

Antes de começarmos a analisar as terminologias existentes, queremos destacar a falta de consenso existente para designar as pessoas que possuem algum tipo de deficiência, visto que existe grande diversidade de “adjetivos” tais como: defeituoso, anormal, doente, incapacitado, impedido, deficiente, atrasado, como também os termos apresentados por siglas como pessoas portadora de deficiência – PPD, portadora de necessidades educativas especiais – PPNEE, portadora de necessidades especiais – PNE, entre tantas outras. Geralmente essas siglas são consideradas como sinais de evolução conceitual, justificando assim os discursos que tenham maior ou menor nível de preconceito relacionando os sujeitos com deficiência. Essas siglas nos remetem a tal confusão por assim trazerem uma série de contradições e desconformidades. Araújo (1994) trata desse assunto quando diz:

Não há uniformidade de nomenclatura, utilizando-se mais amiúde, os termos ou expressões “deficiente”, “excepcional” ou “pessoas portadoras de deficiência”. A diversidade terminológica, no entanto, pode ser explicada pela tentativa de trabalhar com a terminologia adotada pela Lei Maior. Desta forma, até 1978, a palavra empregada constitucionalmente era “excepcional”. Posteriormente, adotou-se “deficiente”. Como já visto, a

expressão vigente na Constituição de 1998 é “pessoas portadoras de deficiência”. (1994, p. 25-26).

Muitos livros, textos acadêmicos e, até mesmo legislação educacional brasileira apresentam outras expressões quando se reportam para falar sobre o termo escolhido neste trabalho: pessoa com deficiência. Assim sendo, durante a elaboração deste, em respeito à originalidade dos documentos consultados, iremos em alguns momentos utilizar outras terminologias.

A seguir se faz necessário explanarmos sobre as propostas da educação especial no Brasil, onde a integração e a inclusão foram postas em prática em diferentes períodos que envolveram o processo educacional especial.

2.6 Processo educacional: Integração X Inclusão

Para adaptar-se aos processos da inclusão, a escola vem enfrentando desafios. Embora os termos “integração” e “inclusão” sejam utilizadas como se tivessem o mesmo significado, pois ambas visam que a PcD, tenham acesso a educação regular, essas expressões possuem grandes diferenças. Se antes havia o modelo da integração, que consistia em somente aceitar os alunos que apresentassem condições de acompanhar os métodos de ensino e o ritmo de aprendizagem dos demais alunos, pois considerava que a deficiência era um problema que estava no aluno, o qual precisava ser preparado por uma Escola Especial ou Classe Especial para que assim pudesse ser aceito pela sociedade e faria parte do meio social. Este modelo de atenção, tem como pressuposto básico:

A idéia de que toda pessoa com deficiência teria o direito inalienável de experienciar um estilo ou padrão de vida que seria comum ou normal em sua cultura, e que a todos indistintamente deveriam ser fornecidas oportunidades iguais de participação em todas as mesmas atividades partilhadas por grupos de idades equivalentes (MENDES, 2006, p. 389).

Devido ao avanço dos estudos acerca das pessoas com deficiência nos processos de aprendizagem, atendimentos entre outros, o tal modelo “integração” começou a ser questionado, criando assim um novo modelo e conceito: o da inclusão. Para ilustrarmos, apresentaremos as considerações de Mantoan (2003) quando fala:

A inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolar específicos para esta ou aquela deficiência/ e ou dificuldade de aprender. Os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (2003, p. 67).

Nesta perspectiva, é importante a conduta do educador quando lidar com PcD, pois o mesmo deve livrar-se da bagagem de preconceitos imposta pela nossa sociedade.

Voltando a falar sobre a parte da legislação, basicamente existem dois tipos delas: as que são específicas pertinentes às pessoas com deficiência e, as gerais que envolvem os demais cidadãos. Estas estão atreladas ao âmbito municipal, estadual e federal as quais resguardam o direito da pessoa com deficiência. Ambas as leis (gerais e específicas) permitem ser integracionistas ou inclusivas, e para esclarecimento sobre o assunto utilizaremos as ponderações de Sasaki:

Leis gerais integracionistas são aquelas que contêm dispositivos separados sobre a pessoa com deficiência para lhe garantir algum direito, benefício ou serviço. Exemplos disto são as Constituições federal e estaduais (Brasil, 1988; por ex., São Paulo, s.d.), o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1993) e a Lei federal nº. 9.394, de 20-12-96 (Brasil, 1996).

Leis gerais inclusivas seriam aquelas que, sem mencionar este ou aquele segmento da população, dão clara garantia de direito, benefício ou serviço a todas as pessoas, sem distinção de cor, gênero ou deficiência. Este tipo de lei ainda está por ser formulado.

Leis específicas integracionistas são aquelas que trazem no seu bojo a idéia de que a pessoa com deficiência terá direitos assegurados desde que ela tenha a capacidade de exercê-los. Por exemplo, a Lei nº. 7.853/89, parágrafo único, II, “f”, que trata da “matricula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino” (Brasil, 1994b); a Instrução Normativa nº. 5, que “dispõe sobre a fiscalização do trabalho das pessoas com deficiência” (Brasil, 1991); e a Lei nº. 8.859, de 23-03-94, que estende “aos alunos de ensino especial o direito à participação em atividades de estágio” (Brasil, 1994).

Leis específicas inclusivas são aquelas que trazem no seu bojo a idéia de que a pessoa com deficiência terá direitos assegurados mediante modificações no ambiente físico e humano que facilitem o exercício desses direitos. Um exemplo é a Lei dos Americanos com Deficiência (EUA, 1990; Augustsson, 1991), que está sendo adaptado em outros países. (2005, p. 152-153)

Diante do exposto, tanto a integração quanto a inclusão são importantes, visto que ambos fazem parte do processo para uma sociedade inclusiva. Neste sentido afirma Sasaki:

O que todos desejamos é atingir a meta de uma sociedade inclusiva. Para tanto, contudo, o processo de integração social terá uma parte decisiva a cumprir, cobrindo situações nas quais ainda haja resistência contra a adoção de medidas exclusivistas. De fato, nem todas as pessoas deficientes necessitam que a sociedade seja modificada, pois algumas estão aptas a se integrarem nela assim mesmo. Mas as outras pessoas com necessidades especiais não poderão participar plena e igualmente da sociedade se esta não se tornar inclusiva. (2005, p. 41).

Para apontarmos alguns dados importantes relacionados à inclusão na vertente educacional, apresentaremos um recorte de matéria da Folha de São Paulo On-line que expõe:

[...] A inclusão de crianças deficientes em escolas regulares vem crescendo no país. O número de matriculados cresceu 229% nos últimos cinco anos, segundo o Censo Escolar do Ministério da Educação. Passou de 43.923 alunos em 1998, quando o censo analisou pela primeira vez a situação dos alunos especiais, para 144.583 estudantes no ano passado. No país, há 503.570 alunos matriculados com necessidades especiais -- deficiências visual, auditiva, física e mental. Do total, cerca de 30% freqüentam escolas que oferecem o ensino regular -- em 98, eram 13%. O restante está em escolas ou salas especiais. A recomendação para que pessoas com deficiências sejam educadas na rede regular de ensino está na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação). O Brasil é também signatário de uma declaração internacional que selou o compromisso de garantir acesso à educação inclusiva até 2010. Se por um lado o acesso às escolas cresce a cada ano, por outro ainda são precárias as instalações físicas, a oferta de material didático-pedagógico e a capacitação de professores para o atendimento dessas crianças. (FOLHA DE SÃO PAULO, On-Line, Acesso 2013).

Nesta matéria foi destacado como vem crescendo os processos de inclusão no Brasil, mas também aponta as precárias condições relacionadas às estruturas como também da ênfase pela falta condições materiais, e incentivo na capacitação das equipes e de professores, os quais serão os facilitadores das interações sociais e mediadores dos trabalhos coletivos desenvolvidos em sala.

A educação inclusiva representa uma transformação positiva da escola para todos os alunos, pois essas relações sociais são compreendidas como catalisadoras de aprendizagem. Na análise de Voivodic (2004) quando nos conta sobre sua experiência com crianças que possuem deficiência, faz uma afirmação sobre essa reflexão, quando diz:

Depois de vários anos de trabalho com crianças com deficiência na escola de educação infantil, não tenho dúvida de sua viabilidade e dos ganhos que essa experiência representa não só para essas crianças, mas também para

as outras. Na fase da educação infantil, onde são formados os valores e padrões de comportamento, acredito que é muito importante que as crianças, com deficiência e sem deficiência, possam estar em contato convivendo com as diferenças. (2004, p. 14).

A partir do momento em que o educador constrói e consolida uma identidade profissional, o mesmo propicia uma auto-reflexão, fazendo assim uma reconstrução do papel de educador, fortalecendo a dignidade humana e assim permite pensarmos na resolução da ONU (1975) quando diz:

As pessoas deficientes têm o direito inerente de respeito por sua dignidade humana. As pessoas deficientes qualquer que seja a origem, natureza ou gravidade de suas deficiências, têm os mesmos direitos fundamentais que seus concidadãos da mesma idade, o que implica, antes de tudo, o direito de desfrutar de uma vida decente, tão normal e plena quanto possível. (ONU, 1975).

No próximo capítulo iremos abordar a história da Educação no Município de Pinhais.

3 O PERFIL HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSÃO NO MUNICÍPIO DE PINHAIS

3.1 Histórico da inclusão no município de Pinhais

Abaixo faremos um resgate histórico da Educação Especial e inclusão, apresentando uma linha do tempo com a evolução ocorrida no Município de Pinhais.

Em 1990 foi autorizado o funcionamento de uma Classe Especial na Escola Municipal Chafic Smaka, por meio do Parecer 0341/1996-CEF. Tal classe funcionou até o ano de 1998. Esta foi a primeira escola que recebeu uma classe especial. (PINHAIS. Secretaria Municipal de Educação. Histórico da Educação Especial no Município de Pinhais - Pinhais – Paraná, 2013).

Quando Pinhais pertencia ao Município de Piraquara, foi publicada a Resolução nº 2294/91 que autorizava o funcionamento dos programas de Educação Especial até 31/12/94, nos estabelecimentos do município. Sendo assim, no item 3 do artigo primeiro do referido documento, foi liberada a primeira autorização de funcionamento do Centro de Atendimento Especializado, Área da Deficiência Auditiva, conhecido na época como CAEDA, de acordo com o protocolo 1.013.732/91, na Escola Estadual Amyntas de Barros. Esta autorização se estendeu até o ano de 1994. (ibidem).

Já em 1992 a equipe da educação especial se consistia no trabalho de uma pedagoga, uma fonoaudióloga e uma psicóloga. Esta equipe permaneceu inicialmente no prédio da SEMED com mínima estrutura possível, pois não tinham espaço. Realizavam avaliações psicoeducacionais e abriram algumas classes especiais não só aqui, mas também para Piraquara. Nesta época não havia escola especial nem em Pinhais e nem em Piraquara. Os alunos eram encaminhados para escolas em Curitiba. Com a oficialização de criação e emancipação do Município de Pinhais em março de 1992 a Escola Estadual Amyntas de Barros, onde se encontrava o CAEDA, foi municipalizada por meio da Resolução nº 4117/92 de 16 de novembro deste mesmo ano, surgindo a Escola Municipal José Brunetti

Gugelmin. Na época a escola municipal e a estadual passaram a funcionar no mesmo prédio, porém em horários diferenciados, sendo durante o dia escola municipal e à noite escola Estadual, situação que se estendeu até o final do ano de 1993, quando a Escola Estadual Amyntas de Barros recebeu uma nova sede. (ibidem).

Devido a uma situação atípica do local, solucionada após o ano de 1993, o CAEDA passou a funcionar na Escola Municipal José Brunetti Gugelmin com uma turma de no máximo 10 alunos surdos com idades diferentes e níveis de aprendizagem diferenciados. (ibidem).

A finalidade do atendimento era desenvolver nos alunos a aprendizagem da língua de Sinais (Libras), ofertando também acesso ao currículo das diversas áreas do conhecimento em específico da Língua Portuguesa com aquisição das habilidades de leitura e escrita, além de ofertar aos sujeitos surdos inúmeras oportunidades de aprendizagem e interação entre os pares e também entre ouvintes, por meio da participação em palestras, eventos como o Dia do Surdo, Dias das Mães, exercendo atividades de dramatização e teatro, interpretação de músicas entre outras. Nesta época os alunos recebiam atendimento 20 horas semanais em sala específica, não frequentando o ensino regular, considerando que após um período de trabalho os alunos eram inseridos em salas comuns no ensino regular das escolas municipais, em período contrário. (ibidem).

Neste ano, na Escola Municipal Marins de Souza Santos foi autorizado o funcionamento de uma Classe Especial (a qual manteve as atividades até o ano de 1999), de duas Classes Especiais na Escola Municipal Dona Maria Chalcoski e 01 Classe Especial na Escola Municipal Antonio Andrade (cessação definitiva em janeiro de 2011). (ibidem).

No ano de 1994 ocorreu a criação da EM de Educação Especial Elis de Fátima Zem sob a autorização de funcionamento nº. 3.799/96, Ato de denominação 260/95. Recebeu este nome em homenagem à família Zem, que se destaca no meio empresarial deste município e que desde o início colaborou com a instituição. Foi criada a partir da necessidade de dar atendimento especializado às pessoas com necessidades educacionais especiais do Município de Pinhais. Iniciou suas atividades com vinte (20) alunos, atendendo a clientela com deficiência mental moderada e severa, paralisia cerebral e múltiplas deficiências. No espaço

funcionava a EM Antonio Andrade e que, com a criação do CAIC e mudança desta escola, houve a disponibilização deste espaço para o funcionamento da EM Elis de Fátima. A coordenação da educação especial passou a atender nas dependências da EM Elis de Fátima. Seu trabalho consistia em atender as demandas da escola, realizar avaliações psicoeducacionais e acompanhar os serviços já existentes. Iniciou o funcionamento do Centro de Atendimento Específico ao Deficiente Visual conhecido como CAEDV mediante autorização de funcionamento intitulada na Resolução nº 2579 de 13/05/1994 na EM Antonio Andrade. Oferecia os serviços de reeducação e estimulação visual contando com apenas uma profissional que ocupava uma única sala de aula. Com a Resolução nº 6961/94 houve a prorrogação até 31/12/1998 do funcionamento do CAEDA na Escola Municipal José Brunetti Gugelmin, dando continuidade aos serviços desenvolvidos no Centro de Atendimento Educacional Especializado, Área da Deficiência Auditiva de acordo com o protocolo nº 2.055.828/94. (ibidem).

Em 1996 o CAEDV amplia a sua carga horária de atendimento para oitenta horas semanais devido à necessidade da realização dos serviços itinerantes nas escolas, serviço conhecido como apoio à inclusão que em 1997 começou a ser exercido. Nesta fase, o centro de atendimento educacional especializado contava com os serviços de três profissionais com formação no curso de Estudos Adicionais na Área de Deficiência Visual, atendendo em média 25 estudantes, que conforme suas individualidades recebiam os serviços de Reeducação Visual, Educação Precoce, Braille, Sorobã, Orientação e Mobilidade, juntamente com Reforço Escolar, de acordo com os cronogramas de atendimento, considerando também que alguns apresentavam o laudo de múltiplas deficiências. Nesta época, a demanda foi dividida em 4 turmas, com lotação máxima de 8 alunos, que recebiam atendimentos em duas sessões semanais de 40 a 55 minutos, sendo três atendimentos semanais para os que necessitavam de maior dedicação e atenção. Na Escola Municipal Thereza Correa Machado iniciou o funcionamento de 01 Classe Especial, por meio do Parecer 1023/1996- CEF, a qual manteve as atividades até o ano de 2000. Diretora da EM Elis de Fátima Zem professora Elizabeth Alcântara. (ibidem).

No ano 1999 houve renovação por tempo indeterminado conforme Resolução nº 1399/99 do CAEDA na EM José Brunetti Gugelmin, a qual foi válida até o final do ano letivo de 2004, quando as atividades escolares relativas ao CAEDA foram

encerradas motivadas pela falta de espaço físico, iniciando em 2005, o processo de cessação dos serviços conforme resolução nº 1224/05 de 05 de maio, publicada em Diário Oficial do Paraná em 30 de maio de 2005 e do Parecer nº653/05 CEF/SEED, protocolo 8.464.474-9. (ibidem).

Sendo assim, pode-se afirmar que o trabalho do CAEDA na Escola Municipal José Brunetti Gugelmin funcionou durante o período de 12 anos, desde 1991 até 2004. Sendo que, após a cessação do serviço, o parecer nº 653/05 CEF/SEED, revoga no local a autorização de funcionamento concedida em 1991, a qual continua em vigor para os demais estabelecimentos de ensino. Neste sentido, dez alunos surdos foram encaminhados para outra instituição de ensino, solicitado por meio do protocolo nº 8.464.835-3. Também, foi autorizado o funcionamento da Sala de Recursos, com 20 horas, da Escola Municipal Antonio Andrade, por meio do parecer nº 0401/1999-CEF. (ibidem).

Em 2002 A equipe da educação especial passa a ter a criação do Centro de Apoio Pedagógico – CEAPE – que ainda funcionava nas dependências da EM Elis de Fátima Zem. Conseqüentemente a dupla de avaliadoras passou a contar com uma equipe de apoio responsável pelas observações dos alunos em sala de aula, bem como pelas orientações de intervenção que eram direcionadas para cada equipe pedagógica da escola na qual o aluno havia sido avaliado. Neste ano este centro atendia dois alunos cegos. A formação continuada específica era rara, sendo necessário ampliar seus conhecimentos buscando parcerias com outras instituições como: Biblioteca Pública, CAP- PR, entre outros. (ibidem).

No ano de 2004 ocorreu a mudança na equipe com a saída da coordenadora e a entrada de novos profissionais. Conta com uma equipe fixa: uma pedagoga, duas psicólogas e uma fonoaudióloga. No entanto, possui o apoio da psicóloga, da fonoaudióloga e da fisioterapeuta da EM Elis de Fátima Zem 4 horas semanais para desenvolverem ações dentro das classes especiais do município. Passa a atuar nas dependências da Casa Amarela, conhecida na época como antiga Chácara Bom Jesus. Possui alteração em seu nome passando a ser chamada de Serviço de Apoio Psicoeducacional – SEAPE. O foco do trabalho neste ano deu-se no mapeamento das necessidades da rede municipal diante do trabalho com alunos de inclusão, atendimento as avaliações psicoeducacionais e no atendimento interdisciplinar dos alunos matriculados nas classes especiais. Com a equipe mais fortalecida e devido

aos serviços desenvolvidos pela equipe multiprofissional, o setor de educação especial passa a ser chamado em 2005 de Gerência de Educação Especial e Psicopedagogia – GEEP. (ibidem).

Enquanto Gerência de Educação Especial e Psicopedagogia – GEEP avança enquanto espaço dentro da SEMED passando a contar com duas seções distintas: Seção de Apoio Psicoeducacional – SEAPE e Seção de Apoio e Desenvolvimento Pedagógico – SEADP. A primeira tinha como atribuição principal a realização de processos avaliativos diante dos alunos que apresentavam necessidades educacionais especiais e, a segunda, a implementação de políticas e programas de atendimento diante dos serviços da educação especial. O CAEDA passa a funcionar na Escola Municipal Marins de Souza Santos, período em que se reduziu muito o número de alunos devido à inserção de algumas crianças em escolas especializadas para atender alunos surdos e outros que ao ingressar no mercado de trabalho abandonaram os atendimentos. O atendimento foi ofertado nesta unidade até o ano de 2008. Na Escola Municipal Lírio Jacomel é autorizado, por tempo indeterminado, o funcionamento da Sala de Recursos, com 20 horas, por meio do Parecer nº 0515/2005. (ibidem).

Já em 2007 o município faz a adesão as duas primeiras Salas de Recursos Multifuncionais, sendo uma do Tipo I para a EM Aroldo de Freitas e outra do tipo II para a EM Antonio Andrade. Na Escola Municipal Chafic Smaka, foi autorizado, por tempo indeterminado, o funcionamento de uma Sala de Recursos, com 20 horas (tal sala manteve-se ativa até o final de 2011). Também iniciou as atividades da Sala de Recursos da Escola Municipal Felipe Zeni. (ibidem).

Em 2009 novos avanços acontecem. É criado o Centro de Atendimento Especializado às Deficiências Sensoriais – CADS através da fusão entre os dois centros de atendimento voltados à área visual e da surdez (CAEDV e CAES). Neste sentido, o Centro de Apoio Especializado na área da Surdez é transferido da EM Marins de Souza Santos para a EM Antonio Andrade. (ibidem).

A Gerência passa a denominar-se Gerência de Educação Especial e Inclusão – GESPI, e a ela são incorporadas mais duas novas seções, sendo: Seção de Apoio à Inclusão – SEAIN e Seção de Apoio às Deficiências Sensoriais – SECADS além da seção já existente – Seção de Avaliação e Acompanhamento Psicológico e Educacional – SEAPE. Novos profissionais passam a compor a equipe, entre eles

uma Assistente Social. A equipe teve ampliação em 100% diante de seus profissionais. A educação especial passa a reestruturar os seus serviços e programas em atendimento a Política de Educação Especial numa Perspectiva de Educação Inclusiva. Inicia o processo de definição do público atendido nos serviços de Sala de Recursos para Transtornos Funcionais Específicos e Sala de Recursos Multifuncionais. Inicia a reorganização dos espaços de funcionamento dos serviços garantindo para o funcionamento da SRMF uma sala disponível 40 horas semanais e centralizando as salas de recursos numa única escola em ambos os períodos. (ibidem).

Por não receber autorização para criação da classe especial da EM Thereza Correia inicia o processo de classificação dos alunos que poderiam ser inseridos no ensino regular e, com isto, inicia também o processo de encerramento das classes especiais no município. No corrente ano encerra as atividades das classes especiais nas EM Antonio Andrade e Thereza Correia, pois ambas não tinham autorização de funcionamento. Os alunos que frequentavam estas salas e ainda não estavam aptos para inserção no ensino regular foram transferidos para as demais classes especiais ainda em funcionamento. (ibidem).

Por ter se tornado sistema próprio de ensino e contando com um Conselho Municipal de Educação inicia o processo de sistematização de instruções normativas próprias, bem como de regularização dos serviços e readequações que a educação especial estava realizando. (ibidem).

Criação de mecanismos de apoio ao processo de inclusão: redução de vagas nas turmas e redução de carga horária para alunos foco da educação especial (Instrução Normativa nº 03/2009) e orientações para abertura de processo de Adaptação Curricular para alunos foco da educação especial (Instrução Normativa nº 06/2009). O município faz a adesão das SRMF para as EM Lírio Jacomel, José Brunetti, João Leal, Maria Cappellari e Clementina Cruz. Também ocorreu o início da oferta da formação continuada Educação Inclusiva: parâmetros legais e práticos, Fase I, 20h, direcionada por profissionais da GESPI. (ibidem).

No ano de 2010 houve a readequação das instruções normativas nº 03/2009 e 06/2009 devido a nova nomenclatura de pedagogo, bem como o funcionamento das SRMF das EM 31 de Março, Severino Massignan, Chafic Smaka e Maria Chalcoski. Neste ano também ocorreu o encerramento das classes especiais nas

escolas Maria Chalcoski e Marins de Souza Santos. Cessou definitivamente o funcionamento da Sala de Recursos da Escola Municipal Odille Charlotte. (ibidem).

Autorizado o funcionamento do CAE – ÁREA DE SURDEZ na Escola Municipal Antonio Andrade, por meio do Parecer nº 3401/10-CEF. Oferta para os profissionais da educação especial da formação continuada referente à Avaliação Diagnóstica – enfoque psicoeducacional, com carga horária de 64 horas que tinha como objetivo aprimorar o conhecimento e fornecer a capacitação a profissionais que atuam no processo diagnóstico de crianças e adolescentes que apresentam atraso do desenvolvimento, alterações neurológicas e sensoriais, dificuldades e distúrbios de aprendizagem, limitações cognitivas, problemas emocionais e de conduta, além de altas habilidades; oferta de formação continuada referente a Estimulação Essencial direcionada pela AMCIP, com carga horária de 20h, com o objetivo de discutir sobre a importância e as estratégias para a estimulação de crianças, foco da Educação Especial, na faixa etária de 0 a 6 anos. (ibidem).

Início da oferta da formação continuada Educação Inclusiva: parâmetros legais e práticos, Fase II, 20h, direcionada por profissionais da GESPI. (ibidem).

Para o ano de 2011 teve-se a aprovação da Deliberação nº 01/2011 referente aos princípios e normas para a Educação Especial, modalidade da Educação Básica para o alunado foco da Educação Especial, no Sistema Municipal de Ensino de Pinhais. Criou-se o Centro Municipal de Atendimento Educacional Especializado às Deficiências Sensoriais Helen Keller (CADS) por meio do Decreto nº 2288/2011. A partir da sua criação o CADS passa a ter autonomia diante de suas ações passando a funcionar dentro do complexo do CAIC e não mais subordinado a EM Antonio Andrade. Foi aberto concurso público para interprete de LIBRAS. (ibidem).

Encerramento da última classe especial do município – EM 31 de Março. Também ocorre a cessação definitiva da Sala de Recursos da Escola Municipal Severino Massignan, dando-se início, neste estabelecimento de ensino, as atividades na Sala de Recursos Multifuncionais. Os alunos matriculados neste serviço foram encaminhados para a Sala de Recursos da EM Thereza Correa. (ibidem).

O município faz a adesão das SRMF para as EM Antonio Alceu Zielonka, Felipe Zeni, Guilherme Ceolin e Thereza Correa Machado e para os CMEI's Helena

Kolody e Pequeno Príncipe bem como o funcionamento das SRMF das EM Odile Charlotte Bruinjé e Lírio Jacomel.

Por meio da Resolução nº 3600/2011 – GS/SEED a Escola Municipal de Educação Especial Elis de Fátima Zem passa a denominar-se Escola Municipal Elis de Fátima Zem, modalidade especial, e enquanto escola de educação básica passa a ofertar os programas de educação infantil, ensino fundamental – anos iniciais, educação de jovens e adultos – Fase I, e educação profissional/formação inicial. Formação continuada para os profissionais da educação especial envolvendo a temática Tecnologia Assistiva e Comunicação Suplementar e Alternativa, com carga horária de 20h, com o objetivo de promover conhecimento sobre a Comunicação Suplementar e Alternativa e a Tecnologia Assistiva e capacitar professores que atuam diretamente nos serviços da Educação Especial para produzirem e utilizarem este recurso de maneira eficaz e funcional. (ibidem).

Neste ano ainda foi realizado a Campanha “Saúde e Educação: cuide dos olhos e da audição” realizada em parceria com a Secretaria de Saúde. Também entrou em vigor a Resolução que autorizava o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Chafic Smaka, Lírio Jacomel, Aroldo de Freitas, 31 de Março e Dona Maria Chalcosk, bem como foi autorizado o funcionamento da Sala de Recursos, turnos manhã e tarde, da Escola Municipal Thereza Correa Machado. (ibidem).

No ano passado ocorreu o estabelecimento de critérios para funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais para a Educação Infantil e Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Educação de Jovens e Adultos no Sistema Municipal de Ensino de Pinhais (Instrução Normativa nº 002/2012) e para funcionamento da sala de Recursos para o Ensino Fundamental – Anos Iniciais, na Área dos Transtornos Funcionais Específicos e do Transtorno e Déficit de Atenção/Hiperatividade (Instrução Normativa nº 003/2012). (ibidem).

Abertura de concurso público para os cargos de Cuidador I e Cuidador II. Ingresso do primeiro intérprete de LIBRAS na Prefeitura de Pinhais com lotação no CADS. Ministrou-se o projeto piloto da SR de Altas habilidades/Superdotação na EM Antonio Andrade e o funcionamento das SRMF das EM Clementina Cruz e José Brunetti Gugelmin. Também, entrou em vigor a Resolução que autorizava o

funcionamento da Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Severino Massignan. (ibidem).

A partir do segundo semestre do ano passado devido a pouca demanda passa a não funcionar a SR da EM Thereza Correa no período da manhã. Os alunos foram transferidos para a SR da EM Maria Chalcoski. (ibidem).

Investiu-se em formação continuada para os profissionais da Educação Especial voltada para a temática referente à intervenção no Transtorno do Espectro do autismo através de técnicas do sistema TEACCH, carga horária de 20h, do Centro Conviver, com o objetivo de capacitação para direcionar o trabalho desenvolvido nos serviços da educação especial para melhor atender as necessidades educacionais dos alunos com autismo matriculados na rede municipal de ensino. (ibidem).

Devido a pouca demanda não funcionam no corrente ano a SRMF da EM José Brunetti e a SR da EM 31 de Março. Os alunos foram transferidos respectivamente para a SRMF da EM Aroldo de Freitas e para a SR da EM Marins de Souza Santos. Foi autorizado o funcionamento da SRMF para altas habilidades/superdotação na EM Antonio Andrade. (ibidem).

3.2 Rede de Ensino Municipal de Pinhais

No município de Pinhais, a Rede de Ensino é responsável pelo atendimento ao primeiro nível dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, cuja organização é realizada pela da Secretaria Municipal de Educação, que busca continuamente a qualidade da educação no ensino municipal. (PPP, Escola municipal Severino Massignan, 2012).

A qualidade é condição preconizada nas diretrizes da Secretaria Municipal de Educação em relação à atualização do currículo; melhoria de infraestrutura das escolas, com disponibilização de tecnologias educacionais em multimídia; aquisição de laboratórios de ciências e matemática e implementação de espaços de difusão de cultura e conhecimento. Ainda, a Secretaria realiza o acompanhamento e o monitoramento (quantitativo e qualitativo) dos processos de ensinar e aprender; valorização profissional por meio do Plano de Cargos e Salários do Magistério e formação continuada dos profissionais da educação. Além disso, oferece

assessoramento para a reformulação do Projeto Político Pedagógico como instrumento norteador das práticas educativas. (ibidem).

Neste contexto, acredita-se que o Ensino Fundamental nos anos iniciais tem como centro da aprendizagem não apenas a sala de aula, mas a escola e a comunidade como um todo. Nesta perspectiva, acredita-se que não cabe mais ao professor permanecer isolado e voltado exclusivamente para sua turma de educandos, mas que o docente seja um profissional cuja efetividade depende, dentre outras, de sua habilidade de trabalhar em equipe e de modo colaborativo, com perspectivas multidisciplinares. (ibidem).

Assim, o Ensino Fundamental deve garantir a formação básica do cidadão em relação ao desenvolvimento de habilidade e capacidade de aprender por meio do pleno domínio da leitura, escrita e do cálculo; à compreensão do ambiente natural e social envolvendo seus desdobramentos políticos, tecnológicos, artísticos e estéticos e valores associados ao fortalecimento dos vínculos de família e da solidariedade humana. (ibidem).

Na atual sociedade (permeada pela tecnologia e pela informação), alteram-se também as formas e estilos de aprendizagem, demandando novas mídias para a sua orientação e estimulação, metodologias mais dinâmicas e multidimensionais, que possibilitem explorar, de maneira mais ampla, aprofundada e em tempo real, o mundo e o conhecimento. (ibidem).

Para o atendimento a toda essa demanda, cabe desenvolver e aprimorar as responsabilidades pedagógicas e de gestão, novos recursos, com foco na aprendizagem e no desenvolvimento de todos os educandos, inclusive para aqueles que apresentarem necessidades educacionais especiais. (ibidem).

Nesse sentido, ressalta-se a importância da inclusão educacional, que prepara os indivíduos com necessidades educacionais especiais para assumir seus papéis na sociedade. (ibidem).

3.3 Histórico da instituição de ensino em Pinhais

No Município de Pinhais há uma política inclusiva que ultrapassa a ideia do ajustamento da pessoa com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação para a sua participação no processo educativo. A inclusão é concebida enquanto um processo no qual a escola, consciente de sua função, coloca-se à disposição do educando, revendo suas concepções para desenvolver as potencialidades de todos que apresentam necessidades educacionais especiais, sejam elas transitórias ou permanentes. (PPP, Escola municipal Severino Massignan, 2012).

A Escola Municipal Severino Massignan – Educação Infantil e Ensino Fundamental foi criada a partir da municipalização de ensino no ano de 1993, funcionando no prédio da Escola Estadual Humberto de Alencar Castelo Branco, situada à Rua Rio Piquiri, 160, com dualidade de administração. (ibidem).

O estabelecimento de ensino iniciou-se em 1993 com três períodos de duração de três horas cada um, com quatro turmas de ciclo básico de alfabetização. Em 1994, com autorização de funcionamento nº 2791/94, recebeu o nome de Escola Municipal Severino Massignan – Ensino de 1º grau. A escolha do nome da escola se deu pelo fato do senhor Severino Massignan (*in memorian*) ter sido um dos grandes empresários do Município de Pinhais e dono do moinho Rio Negro. (ibidem).

No mês de fevereiro do ano de 1995, a escola iniciou em prédio próprio, a partir de convênio entre a Prefeitura Municipal de Pinhais e a Fundepar, com 08 salas de aula, podendo assim reduzir os turnos de atendimento para 02 períodos. A escola foi inaugurada em 20/03/1995, na administração do Prefeito João Batista Costa (*in memorian*). (ibidem).

A escola está localizada na Rua Rio Solimões, nº 707, bairro Weissópolis, onde é atendida a comunidade local (predominantemente originária de diferentes regiões do Paraná), além de alguns alunos residentes no município de Piraquara e bairros da Capital. (ibidem).

A nova escola foi inaugurada no ano de 1996, com um bloco administrativo e com o funcionamento de 8 (oito) salas de aula. No ano de 2000 foi construído mais um pavilhão com uma sala de aula, laboratório de informática e um auditório (no ano

de 2011 este auditório foi dividido para o funcionamento da Sala de Recursos Multifuncional, uma sala de reforço (onde estão acondicionados os materiais do laboratório de matemática e de ciências), e a biblioteca com auditório. (ibidem).

Entre os anos de 1996 e 2003 destacam-se os processos que envolveram as mudanças relativas à educação inclusiva. Antes desse período os alunos com necessidades educacionais especiais eram atendidos em Classe Especial, modalidade que substituía o Ensino Regular e acabava por segregar o aluno do convívio com os demais. Nesse período foram instituídas as salas de recursos (SR) para atendimento aos alunos com transtornos funcionais específicos. Teve início em 2003 uma Sala de Recurso no período da manhã. No ano de 2006 houve abertura de uma Sala de Recurso no período da tarde. (ibidem).

No ano de 2009 houve a primeira eleição para diretores dos Estabelecimento de Ensino da rede municipal de Pinhais. A Escola Municipal Severino Massignan teve sua primeira diretora eleita, a professora Neila Maria Araújo da Silva. (ibidem).

Atualmente, a população atendida é de classe média a média baixa com renda média de 1 a 3 salários mínimos. A absoluta maioria das famílias dos alunos reside nas imediações do estabelecimento de ensino, sendo que grande parte das famílias possui renda fixa, sendo que cerca de 3% do total de famílias é beneficiária do Programa Bolsa-Família. A comunidade tem uma boa participação em reuniões e eventos promovidos pela escola, as reuniões são bimestrais, normalmente por ocasião da assinatura de boletins ou de acordo com a demanda. (ibidem).

No ano de 2010, em ação democrática assumida pela nova gestão municipal, foi promovido o primeiro concurso público para contratação de pedagogos. Foram contratadas as pedagogas Áurea Pacheco Quadrado Betes (período da Manhã) e Rosângela Alves de Godoy Gregório (período da Tarde). (ibidem).

Em 2010 a escola teve seu funcionamento com 23 turmas, entre educação infantil e ensino fundamental, educação de Jovens e adultos e salas de recursos, contando com 590 alunos ao todo, com idade entre 5 e 14 anos (Ens. Fundamental), acima de 14 anos (Educação de Jovens e Adultos - EJA). Em 2011 a EJA foi extinta e centralizada em estabelecimento de Ensino da Região. (ibidem).

A escola conta com capacidade para atender um total entre 500 e 600 alunos, divididos nos turnos da manhã e tarde. Possui uma área construída de 1.998,76 metros quadrados para 8 salas de aula e um espaço de 399,66 metros quadrados, construído posteriormente, utilizado como auditório, biblioteca, sala para reforço, Sala de Recursos Multifuncional e mais uma sala de aula. (ibidem).

A filosofia da escola é o compromisso com a educação de qualidade, priorizando a formação integral dos discentes, de acordo com os princípios da LDB n.º 9.394/96. Baseados nos princípios de respeito à individualidade, solidariedade e companheirismo, visando uma prática pedagógica que privilegie uma relação dialética entre educandos/educandos e educandos/docentes. (ibidem).

No próximo capítulo iremos apresentar os sujeitos envolvidos com esta pesquisa, bem como os dados coletados, os quais posteriormente serão analisados para fechamento e conclusão.

4 ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA

Após a construção dos capítulos anteriores os quais envolveram conhecer um pouco sobre a história do movimento inclusivo educacional Brasileiro, as legislações nacionais e internacionais que muito contribuíram para a regulamentação da inclusão hoje existente, objetiva-se, neste capítulo apresentar o perfil dos sujeitos da pesquisa, analisar os dados coletados e apontar a interpretação dos facilitadores e desafios vivenciados por todos os profissionais.

Esta pesquisa se propôs a conhecer como tem sido construído os processos de inclusão educacional de crianças com deficiência na Escola Municipal Severino Massignan no Município de Pinhais – PR.

Neste, iremos apresentar e analisar os dados que envolvem esta pesquisa, os quais estão divididos por dois blocos. O primeiro consiste na entrevista realizada com a direção da Escola e no segundo com a professora da sala de recursos multifuncionais e com uma professora da sala regular. Por motivos de confidencialidade, não serão mencionados os nomes dos profissionais de ensino que contribuíram com esta pesquisa.

4.1 Bloco 1 – Entrevista com Direção da Escola

Esta entrevista foi realizada na própria Escola. A entrevistada foi bem receptiva desde os primeiros contatos realizados.

Os primeiros questionamentos de nossa entrevista foram em relação ao seu tempo de gestão, a qual está sob sua direção a 4 anos, porém a diretora antes atuava como professora na mesma instituição desde 2003.

Quando questionada em quando iniciou o atendimento a crianças com deficiência nesta Escola, tivemos a seguinte narrativa:

“Aproximadamente em 2002, eu entrei em 2003 e já havia atendimento. Antigamente existia a Sala de Recursos e hoje existe a Sala de Recursos Multifuncional”.

Sobre a composição pedagógica e administrativa atual, tivemos os seguintes dados: “Atualmente está composta por: 1 pedagoga, 1 secretária, 1 estagiária, eu que sou diretora e 22 professoras”.

A próxima pergunta de nossa entrevista se referia ao número de professores que estão envolvidos com a inclusão escolar, e nos foi respondido que todas as 22 professoras possuem esse envolvimento em sala de aula caso existam alunos com algum tipo de deficiência. Perguntamos em relação ao número de alunos que a Escola possui atualmente, tendo um total de 490. Gostaríamos de saber desses 490 alunos, quantos deles possuem algum tipo de deficiência, e nos foi apresentado os seguintes dados, conforme tabela 3 abaixo:

Tabela 3 – Perfil dos alunos com deficiência na escola

Qtd	Série/Turno	Gênero	Idade	Nome da deficiência
1	5 / Tarde	M	11	Intelectual
1	5/ Tarde	F	14	Múltipla (física e intelectual)
1	2/ Tarde	F	12	TGD (Transtorno Global de Desenvolvimento)
1	3/ Tarde	F	13	Intelectual
1	3/ Tarde	M	9	Múltipla (física e intelectual)
1	2/ Manhã	F	9	Intelectual
1	4/ Manhã	M	14	Intelectual
1	2/ Manhã	F	9	Física

Tendo em vista o material histórico que mencionava a Escola possuir a sala de recursos Multifuncional, perguntamos qual é o trabalho realizado nesta sala? “É exclusivo para trabalhar com alunos que possui deficiência, o que é diferente da Sala de Recursos que trabalhava as dificuldades”.

Perguntamos sobre o número de alunos que são atendidos na Sala de Recursos Multifuncionais, e se na hipótese de não existir grande demanda para esta sala os alunos podem ser transferidos para outra Escola?

“Atualmente estamos com 9 alunos no período da manhã e 9 a tarde. Existe um limite máximo de 10 alunos por turno. São atendidos de hora em hora ou em grupos. Nesta Escola iniciou a Sala de Recursos Multifuncionais em 2010, e nunca tivemos caso de transferência, aliás nós recebemos alunos de outras Escolas por estas não terem tanta demanda”.

Esta pergunta não estava em questionário, porém após essa resposta consideramos necessário perguntar em relação à distância que esse aluno com

deficiência terá que enfrentar para ter que ir a outra Escola para poder participar da Sala de Recursos Multifuncionais.

“Caso o responsável por este aluno tenha dificuldades de leva-lo, terá que solicitar transporte escolar na Secretaria de Educação, que irá analisar juntamente com a equipe a necessidade da condução, a distância percorrida entre outros”.

Levando em consideração a importância das instituições públicas e privadas terem acessibilidade física, questionamos se esta Escola tem recebido toda a contribuição necessária para possibilitar a acessibilidade física para todos? “Parcialmente, ainda não está 100%, faltam algumas coisas, acredito que temos uns 30% de acessibilidade”.

Perguntamos como a direção analisa a existência das Escolas Especiais em Pinhais? “É muito importante, pois atende as necessidades da comunidade.”

Questionamos como as famílias dos alunos com deficiência tem contribuído na Escola? “Temos colaboração e parceria de forma geral.”

Sabendo como é importante a participação da secretaria de educação no trabalho em conjunto com as escolas. Perguntamos se poderia nos dizer como funciona esta relação para que a inclusão aconteça nesta Escola? (capacitação, equipamentos, recursos, etc).

A GESPI forneceu em 3/2013 uma capacitação para os gestores sobre a Inclusão, devido a alguns compromissos não consegui concluir. A professora que atende a sala de recursos possui capacitação para atender alunos com deficiência, pois fez um curso pelo MEC.

Ao longo dos anos o tema Inclusão Escolar passou por uma grande evolução, desta forma perguntamos como a compreende? “É importante o envolvimento de todos os parceiros para que a inclusão aconteça”.

Indagamos o que impede a efetivação completa da inclusão escolar de todos os sujeitos? “Não existe o impedimento, porém é preciso mudança nos comportamentos atitudinais.”

Perguntamos quais são as principais dificuldades para atendimento destes alunos? “Mais na parte estrutural (acessibilidade), pois os professores e o restante da equipe está tudo ok.”

4.2 Bloco 2 – Entrevista com as professoras

Estas foram realizadas individualmente em dias diferentes. Para melhor entendimento e apresentação, chamaremos a professora da sala de recursos multifuncionais como: Prof. A e, a professora do ensino regular como: Prof. B

Os primeiros questionamentos foram em relação ao tempo em que as professoras lecionam e atuam especificamente na Escola Municipal Severino Massignan. Como resposta obteve-se:

Prof. A: “leciono há 19 anos e nesta escola atuo há 16 anos.”

Prof. B: “leciono a 22 anos e a 8 atuando nesta escola”.

Gostaríamos de saber em que ano ocorreu a formação acadêmica e se possuía algum outro curso?

Prof. A: “O magistério em 1993, o curso de pedagogia em 2004 e a Pós graduação em Atendimento Educacional Especializado em 2010”

Prof. B: “O magistério foi em 1987 e pedagogia foi em 2010” Professora do ensino regular.

A próxima pergunta foi acerca do tempo em que trabalhava com crianças com deficiência? Prof. A: “16 anos ” e Prof. B: “5 anos”

Na sequência, para melhor compreensão gostaríamos de saber como funciona o trabalho realizado na sala de Recursos Multifuncionais?

Prof. A: “Envolve a família o aluno que possui algum tipo de deficiência e os professores do ensino regular. As aulas são para estimular o potencial do aluno e suas dificuldades”.

Prof. B: “Existe uma troca de materiais e experiências com a professora da sala de Recursos multifuncionais”.

Sabemos da importância das instituições públicas e privadas terem acessibilidade física. Sendo assim, esta escola tem recebido toda a contribuição necessária para possibilitar a acessibilidade física para todos?

Prof. A: “Parcialmente, existem algumas falhas em relação a atender realmente a necessidade do aluno deficiente. Por exemplo, existe uma rampa, porém ela não possui uma estrutura ideal”.

Prof. B: “Parcialmente, atinge uns 80% do esperado.

Tendo em vista as Escolas Especiais, como você analisa a existência delas em Pinhais?

Prof. A: “É necessário, pois possui atendimentos específicos para os casos de grandes limitações, o que a Escola regular não possui, como por exemplo fisioterapeuta, terapia ocupacional”.

Prof. B: “Acho bem importante , pois não temos profissionais preparados”.

Já com relação as famílias dos alunos com deficiência, foi questionado como as mesmas têm contribuído na Escola?

Prof. A: “Existem diferentes perfis, uns são poucos e outros mais envolvidos”.

Prof. B: “Atualmente tenho uma aluna que a família não aceita a deficiência, diz que em casa ela se comporta normalmente, porém aqui na escola ela não entende praticamente nada, não escreve, não entende as letras. Acionei a rede de atendimento para trabalharmos em conjunto, mais esse ano ela irá reprovar novamente. Professora do ensino regular.

Sabemos que ao longo dos anos houve uma grande evolução no tema inclusão. Logo é interessante saber como as professoras compreendem esta Inclusão Escolar:

Prof. A: “É necessário para saber conviver em sociedade”.

Prof. B: “É importante, porém falta recursos”.

Sabemos o quão grande e importante é o trabalho dos professores nas escolas, assim sendo, Foi indagado se elas poderiam citar quais as principais dificuldades que a escola tem encontrado para atendimento destas crianças?

Prof. A: “A principal barreira está nas barreiras atitudinais dos professores”.

Prof. B: “Turmas lotadas e falta de recursos”.

No próximo capítulo será discorrida a conclusão de todo o trabalho realizado. Uma síntese da relação entre a teoria e o que acontece no cotidiano de uma escola que possui em seu quadro de ensino crianças com deficiência.

5 CONCLUSÕES

O presente estudo nos possibilitou conhecermos como têm sido construído os processos de inclusão educacional de crianças com deficiência no Município de Pinhais -PR, na Escola Municipal Severino Massignan.

A inclusão de crianças com deficiência na rede de ensino é um assunto discutido desde muitos anos atrás. Em 1988, houve uma evolução do tema com a criação da Constituição Federal a qual decreta que o atendimento educacional especializado aos educandos com deficiência, seja ofertado preferencialmente na rede regular de ensino, ou seja, independente da deficiência, se o responsável desejar matricular o seu filho com deficiência, a Escola deverá aceitar.

Na década de 90 a Educação Especial teve um avanço significativo, onde expandiu os cursos de pós graduação voltados para esta área. No ano 2000, iniciou a Política Educacional Inclusiva em toda a rede Pública de ensino, e em 2003 o MEC, assume o compromisso de cumprimento à legislação nas Escolas brasileiras, para que essas se tornem de fato inclusivas.

No percurso que envolveu a Educação Especial, tivemos o processo de integração e o da inclusão. A integração estava voltada na inserção do aluno deficiente na escola, onde este se possível fosse, teria que acompanhar os demais alunos, pois considerava que a deficiência estava no aluno e este deveria adaptar-se. Depois de avanços em estudos, foi criado um novo modelo, o da inclusão, onde a instituição de ensino acaba se preocupando mais com o aluno, aceitando e valorizando suas limitações, onde este possa conviver em sociedade com os alunos que não possui tais deficiências.

No município de Pinhais foi possível observar que desde sua emancipação há uma preocupação com a educação especial e inclusão, pois foi observado que no decorrer de sua história foram criadas escolas e contratado profissionais especializados para atender as crianças com deficiência.

Na escola municipal Severino Massignan foi identificado que o perfil dos alunos com deficiência era variado, com predominância na deficiência intelectual e média de idade de 11 anos, distribuídos nos turnos da manhã e tarde.

Apesar das políticas educacionais, voltadas à inclusão, estarem preocupadas com a eliminação de todas as formas de exclusão e discriminação, ainda foi observado muitas formas de preconceito dentro e fora do âmbito escolar.

Nos questionários aplicados tanto a direção da escola, bem como com os professores, foi identificado que o ensino básico não está adaptado estruturalmente (acessibilidade) e pedagogicamente para atender as pessoas com deficiência, portanto nem os professores, nem os demais profissionais das escolas estão totalmente preparados para atender de forma qualificada as crianças com deficiência, pois falta investimento para atendimento da demanda.

Conforme observado durante a pesquisa, pode-se evidenciar que os princípios norteadores da inclusão somente se darão de forma plena quando houver o comprometimento, a colaboração e a valorização da diversidade humana, pois as barreiras atitudinais deverão ser quebradas e os recursos devidamente destinados para tal atendimento.

A inclusão escolar não ocorre repentinamente, ela se desenvolve de forma progressiva e deve acontecer de forma responsável, onde não são suficientes somente os amparados legais, é preciso que isso se transforme em ações comprometidas com a adequada estruturação dos espaços, correta capacitação dos profissionais, bem como dar maior suporte aos mesmos que atendem a esses alunos.

Como sugestão, uma próxima pesquisa deve ser desenvolvida ou continuada no intuito de entender onde se encontram as falhas na divergência entre o que preconiza a legislação e as condições reais da inclusão, pois se observou que os menos culpados são os professores que se esforçam para atender estes alunos.

REFERÊNCIAS

ARANHA, Maria Salete F. (Org.) **Educação inclusiva**: v.1: a fundamentação filosófica/coordenação geral SEESP/MEC; 1. Educação Inclusiva. 2 Educação Infantil. 3 Diretrizes da educação. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2004.

ARAÚJO, Luiz Alberto David. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência**. Brasília: Coordenação Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Educação especial cresce a inclusão**. Disponível em:<<http://www.pedagobrasil.com.br/educacaoespecial/cresceainclusao.htm>>. Acesso em: 19 de Maio de 2013.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIL, Marta. **A educação inclusiva: o que o professor tem com isso?**. São Paulo: USP, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão Escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MARTINELLI, Maria Lúcia (org). **Pesquisa Qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999.

MAZZOTA, Marcos José Silveira. **Educação Especial no Brasil: História e políticas públicas**. São Paulos: Cortez, 2001.

MENDES, Enicéia Gonçalves. **A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil**. Revista Brasileira de Educação, v 11, nº. 33, p. 387-404, set/dez. 2006.

MELO, Sandro Nahmias. **O direito ao trabalho da pessoa portadora de deficiência: o princípio constitucional da igualdade: ação afirmativa**. São Paulo: LTr, 2004.

ONU. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Resolução aprovada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas em 09/12/1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/dec_def.txt>. Acesso em: 09 de Junho de 2013.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão Construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro. Editora WVA. ed 6. 2005.

VOIVODIC. Maria Antonieta. **Inclusão escolar de crianças com Síndrome de Down**. Petrópolis, Rio de Janeiro. Editora Vozes. 2004.

PINHAIS. Secretaria Municipal de Educação. **Histórico da Educação Especial no Município de Pinhais** - Pinhais – Paraná, 2013

PINHAIS. Escola Municipal Severino Massignan. **Projeto Político Pedagógico** - Pinhais – Paraná, 2013

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Questionário a Diretoria da Escola

- 01) A quanto tempo você trabalha como diretora?
- 02) A quanto tempo você atua especificamente nesta escola?
- 03) O que te motivou a ser uma educadora?
- 04) Eu como assistente social conheço a importância da inclusão de crianças especiais na rede de ensino, para esta escola, quando iniciou-se o atendimento a crianças especiais?
- 05) Eu tive estudando a história da evolução do ensino em Pinhais e, pude perceber que ao longo dos anos foram contratados vários profissionais no intuito de melhorar ainda mais o ensino. Como está composta a equipe pedagógica e administrativa desta Escola?
- 06) Falando da equipe, quantos professores estão envolvidos com a Inclusão Escolar?
- 07) Agora falando um pouco acerca dos alunos. Quantos alunos possui esta Escola? (manha, tarde e noite aproximadamente)
- 08) Quantos alunos com deficiência estão inclusos nesta Escola? Por favor separar por quantidade, série/turno, gênero, idade e nome da deficiência que possui.
- | Qtd | Série/Turno | Gênero | Idade | Nome da deficiência |
|-----|-------------|--------|-------|---------------------|
| | | | | |
- 09) Agora uma dúvida acerca do material fornecido pela escola. Você poderia ajudar a entender como funciona o trabalho realizado na sala de Recursos Multifuncionais?
- 10) Quantos alunos recebem atendimento especializado na Sala de Recursos Multifuncionais? (Anotar na tabela acima)
- 11) Na hipótese de não existir grande demanda para a frequência de alunos na Sala de Recursos Multifuncionais, os poucos que participam podem ser transferidos para outra Escola que tenha maior demanda? Isso já ocorreu nesta Escola?
- 12) Nós sabemos da importância das instituições públicas e privadas terem

acessibilidade física. Sendo assim, esta escola tem recebido toda a contribuição necessária para possibilitar a acessibilidade física para todos?

() Sim () Não () Parcialmente

Comente:

13) Como você analisa a existência das Escolas Especiais em Pinhais?

14) Como as famílias dos alunos com deficiência tem contribuído na Escola?

15) Nós sabemos como é importante a participação da secretaria no trabalho em conjunto com as escolas. Você poderia nos dizer como funciona esta relação para que a inclusão aconteça nesta Escola? (capacitação, equipamentos, recursos, etc)

16) Falando especificamente das crianças com deficiência. Sabemos que ao longo dos anos houve uma grande evolução no tema. Para você, como você compreende esta Inclusão Escolar?

17) Em sua compreensão, o que impede a efetivação completa da inclusão escolar de todos os sujeitos?

18) Quais são as principais dificuldades que a escola tem encontrado para atendimento destas crianças?

Questionário com os Professores da Escola

01) A quantos anos leciona?

02) A quanto tempo você atua especificamente nesta escola?

03) O que te motivou a ser uma educador (a)?

04) Em que ano ocorreu sua formação acadêmica?

05) Além da formação acadêmica, possui algum outro curso? Se sim, qual?

06) A quanto tempo você trabalha com crianças com deficiência?

07) Você poderia ajudar a entender como funciona o trabalho realizado na sala de Recursos Multifuncionais?

08) Nós sabemos da importância das instituições públicas e privadas terem acessibilidade física. Sendo assim, esta escola tem recebido toda a contribuição necessária para possibilitar a acessibilidade física para todos?

() Sim () Não () Parcialmente

Comente:

- 09) Como você analisa a existência das Escolas Especiais em Pinhais?
- 10) Como as famílias dos alunos com deficiência têm contribuído na Escola?
- 11) Falando especificamente das crianças com deficiência. Sabemos que ao longo dos anos houve uma grande evolução no tema. Para você, como você compreende esta Inclusão Escolar?
- 12) Sabemos o quão grande e importante é o trabalho de vocês nas escolas, assim sendo, você poderia citar quais as principais dificuldades que a escola tem encontrado para atendimento destas crianças?